

Por **Eliézer Mota**, CEO da Genux Consult

A Resolução Conjunta nº 18, em vigor desde janeiro de 2026, muda de forma relevante a maneira como o setor financeiro deve tratar as informações prestadas ao Banco Central. Em termos práticos, estamos falando dos dados, documentos e relatórios que bancos, cooperativas, financeiras e outras instituições autorizadas precisam enviar ao regulador para comprovar como operam e permitir o acompanhamento do sistema financeiro.

À primeira vista, pode parecer mais uma exigência regulatória. Mas o movimento é maior do que isso. A nova norma sinaliza que qualidade da informação deixou de ser um tema restrito à operação ou à tecnologia e passou a ocupar lugar central na gestão das instituições.

Esse ponto importa porque o sistema financeiro depende diretamente da confiabilidade da informação. Decisões de crédito, controles de risco, prevenção a fraudes, comunicação com reguladores e até o relacionamento com clientes são sustentados por dados. Quando essas informações são incompletas, inconsistentes ou pouco confiáveis, o problema não fica restrito à área técnica: ele afeta a capacidade de decidir, de controlar riscos e de preservar credibilidade.

A resolução deixa isso claro ao exigir que as instituições implementem uma política formal de qualidade das informações, com envolvimento da alta administração. Na prática, o Banco Central está dizendo ao mercado que não basta enviar números no prazo. Será cada vez mais necessário demonstrar que a informação é correta, completa, consistente e rastreável desde a origem.

A mudança tem um efeito importante sobre a forma como as instituições precisarão se organizar. O desafio é ir além do preenchimento de exigências ou da produção de relatórios. Será necessário revisar processos, integrar áreas, melhorar controles e garantir que aquilo que circula internamente e chega ao regulador represente de fato a realidade da operação.

Isso tende a expor uma fragilidade comum em muitas empresas: a distância entre a aparência de maturidade e a robustez real da base informacional. Nos últimos anos, o setor financeiro avançou em dashboards, automação, analytics e inteligência artificial. Mas, em muitos casos, esse avanço na camada visível não foi acompanhado pelo mesmo nível de evolução na origem dos dados. E, quando a base é frágil, a sofisticação da visualização não resolve o problema.

Por isso, a nova resolução deve ser lida menos como um tema técnico e mais como um tema de gestão. O dado confiável passa a ser um ativo essencial para sustentar decisões, relações de confiança e estabilidade operacional.

Outro ponto relevante é que a norma coloca a responsabilidade de forma explícita na alta administração. Isso muda o peso do assunto dentro das organizações. Qualidade da informação deixa de ser tratada como tarefa da área operacional e passa a exigir envolvimento efetivo de quem define prioridades, distribui recursos e responde institucionalmente pelos riscos do negócio.

Embora o prazo de adequação vá até o fim de 2026, o esforço não parece pequeno. Adequar-se a esse novo padrão exige rever papéis, fluxos, controles, documentação e mecanismos de monitoramento. Mais do que um ajuste pontual, trata-se de um processo de amadurecimento.

No fim, o recado do Banco Central é que a discussão já não é apenas se as instituições usam dados em sua operação, mas se essas informações são confiáveis o suficiente para sustentar decisões, obrigações regulatórias e a própria confiança no sistema financeiro. E, em um ambiente em que credibilidade é ativo central, isso deixa de ser detalhe técnico para se tornar questão estratégica.

(20.04.2026)